

FJSN diz que aumento demográfico no ES foi irregular

Marcelo Corrêa

A população total do Espírito Santo passou de 790.149 habitantes em 1940 para 1.599.333 habitantes em 1970. No mesmo período a população urbana passou de 158.025 para 721.916 habitantes. Segundo o estudo sobre a estrutura demográfica do Espírito Santo, realizado pela FJSN, a evolução ocorrida foi irregular.

O principal argumento contido no documento que vem provar a irregularidade na evolução demográfica do Estado é que até 1960, houve um crescimento contínuo, reforçado na década de 50 pela força do café, que provocou um fluxo migratório dos estados vizinhos. A partir de 1960, ocorre a fuga do campo, causado pela erradicação dos cafezais. Grande parte da população — aproximadamente 125 mil pessoas — dirigiu-se então, para a Grande Vitória, inchando a capital. Outra parte, em torno de 80 mil pessoas — deixou o Estado.

DINAMICA HISTÓRICA

O estudo demográfico relata que a partir de 1850, a consolidação da lavoura cafeeira como principal produto da base econômica passou a influenciar a dinâmica populacional do Estado. Cultivado desde 1812, o café representou, até 1960, de 60 a 80% da receita capixaba e atuou como pano de fundo de todas as transformações econômicas, políticas registradas.

Na fase inicial do cultivo do café, a população rural experimentou altas taxas de crescimento, tendo em vista que a cafeicultura exige abundância de mão-de-obra. Em 1856, a população capixaba estava estimada em torno de 49 mil habitantes, dos quais 25% eram escravos.

O primeiro censo brasileiro feito em 1872, constatou a existência de 82.137 habitantes no Espírito Santo, correspondendo à 0,83% da população brasileira. Em 1970 a participação da população capixaba no total nacional duplicou-se atingindo com 1.599.333 habitantes, com um percentual de 1,72%. Entretanto, segundo o estudo da FJSN, houve um recuo no Espírito Santo em relação ao Brasil, tendo em vista o fato de que, no auge do cultivo do café, atingiu-se respectivamente a 1,92; 1,84 e 2%.

OS IMIGRANTES

O governo Italiano proibiu a emigração para o Espírito Santo, em virtude das péssimas condições de vida no Estado, em 1895, segundo o estudo demográfico, acrescentando a diminuição considerável no fluxo migratório.

O aparecimento de várias cidades no Espírito Santo, se deu devido a participação dos imigrantes

que, estabelecendo-se em pequenas propriedades, desbravaram o interior e após dificuldades iniciais, conseguiram produzir uma alimentação simples e abundante.

De acordo com o relato, o aumento populacional verificado a partir do censo de 1872, deveu-se quase exclusivamente à chegada dos imigrantes italianos e alemães. Embora os pormenores dessa imigração também sejam desconhecidos, estima-se que ela correspondeu a 45 mil famílias italianas e 15 mil famílias alemãs, sendo registrada mais fortemente entre 1847 e 1895.

Em termos de ocupação se nos determos numa análise do estudo demográfico, podemos afirmar que o Estado está voltando ao tempo da colônia, época em que a maior parte da população se localizava no litoral. A ocupação apresenta o sentido Sul-Norte e como consequência o adensamento dos municípios de Vitória, Vila Velha e Cariacica e do eixo ao longo do rio Doce, em função da ligação ferroviária Vitória Minas.

Os três centros urbanos em expansão estão localizados na parte leste do Estado, na faixa litorânea, embora Cachoeiro represente uma incursão pelo interior. Além desses, segundo o estudo da FJSN, nove outros municípios cresceram razoavelmente entre 1960 e 1970, sendo que os cinco maiores — Conceição da Barra, Pinheiros, São Mateus, Guarapari e Itapemirim, são urbanos e estão situados ao longo do litoral.

CRESCIMENTO RURAL

O crescimento da população rural, foi reduzido. Com efeito, passou-se de 632.124 habitantes em 1940 para 877.417 em 1970, com uma taxa de crescimento da ordem de 1,1% ao ano, quase idêntica a taxa nacional de 1,2%. Vale ressaltar, entretanto, que a média, de 1940 a 1970, esconde grandes variações de uma década para outra, já que houve um forte aumento da população rural entre 1950 e 1960 — de 3,0% ao ano — seguido de uma queda de ritmo de 1,5% ao ano entre 1960 e 1970.

As várias saídas semanais de ônibus diretos para Rondônia, partindo de São Gabriel da Palha, Nova Venécia e Colatina, atestam, segundo o estudo da estrutura demográfica, que dos 53 municípios do Estado, 23 tiveram a sua população diminuída na última década, em processos emigratórios que provavelmente devem ter continuado no início dos anos 70, pelo menos até o advento dos grandes projetos de impacto. Portanto, nada menos de 39 municípios do Estado recuaram ou estacionaram no período de 60 a 70 — o que implica dizer que somente 14 dos 53

municípios apresentaram incrementos demográficos. Os maiores aumentos verificaram-se nas micro-regiões Vitória, baixada espiritossantense e litoral Sul espiritossantense. A idéia dos grandes projetos tenderá a reforçar a concentração populacional nessas mesmas áreas.

A GRANDE VITÓRIA

O município de Vitória registrou em 1970 um crescimento vegetativo na ordem de 3,0%, superior aos 2,7% da Grande Vitória e aos 1,5% do resto do Estado. Isto vem demonstrar, segundo o estudo demográfico, que as taxas de crescimento da Grande Vitória são superiores às de todos os outros municípios — mesmo as taxas referentes à população rural, a partir de 1960. A diferença aumenta à medida que se vai evoluindo de censo em censo, consolidando-se então, a nível estadual, a relação do tipo centro-periferia.

Na análise efetuada a respeito do crescimento da Grande Vitória, o estudo faz algumas considerações destacando o crescimento vegetativo da capital contrária a constatação de que as regiões rurais tem, habitualmente, um crescimento natural maior do que as grandes cidades. Mas existem fatores que podem explicar tal desempenho.

Em primeiro lugar, explica o estudo, quase todas as maternidades da Grande Vitória — e mesmo, do Estado, como um todo — estão localizadas no município de Vitória, fazendo com que se verifiquem uma concentração de nascimentos nessa cidade. Sabendo-se que os nascimentos realizados na maternidade tem maior possibilidade de registro imediato do que os efetuados a domicílio, conclui-se que a alta taxa de natalidade da capital é em função da presença de maternidade.

Em seguida, continua explicando o estudo, tendo recebido importante fluxo migratório, geralmente se constitui de jovens adultos, Vitória registrou uma natalidade vigorosa, graças à fixação dessa população em idade de procriar. Pelo efeito contrário do mesmo mecanismo, explica-se a baixa natalidade nos demais municípios, que forneceram esses imigrantes. Finalmente, é relevante o fato de que a Grande Vitória tem um excedente de mulheres sobre os homens, registrados desde 1940, em decorrência de um processo preponderantemente feminino.

Na década de 1960/1970 o fluxo inverteu-se significativamente, acentua o documento da FJSN, já que o Estado como um todo apresentou um saldo migratório negativo. Internamente, isso refletiu-se no esvaziamento do interior e no processo de inchaço da Grande Vitória, na medida em que do saldo nega-

tivo de aproximadamente 200 mil habitantes, 120 mil deixaram o interior com destino à micro-região de Vitória.

Os fortes movimentos migratórios influenciaram o próprio crescimento vegetativo, sendo registrado uma queda na taxa de natalidade. Segundo o estudo demográfico, é provável que esta queda e a subsequente queda no ritmo do aumento vegetativo da população estadual — de 22,0% em 50/60, para 1,7% em 60/70 — seja explicada pelo menos parcialmente, pelo saldo migratório negativo supondo-se que os imigrantes eram jovens.

Todas as estatísticas apontam para o crescimento excepcional da Grande Vitória. O caráter desse crescimento é confirmado, segundo o estudo, por uma comparação com as outras áreas metropolitanas do país, que indica que Vitória foi uma das metrópoles que mais cresceu no Brasil, entre 1960 e 1970. Isso pode ser explicado pelos seguintes fatores: a) Há um efeito de compensação. Vitória tinha estagnado a um nível muito baixo até 1940. A partir dessa data, emergiu progressivamente como um dos maiores centros portuários do país.

O segundo fator atesta que as ligações rodoviárias com Minas Gerais e Rio de Janeiro, na década de 60/70, deram a Vitória uma capacidade de irradiação condizente com sua projeção como porto natural e como pólo urbano. O terceiro e último fator, explica que a Grande Vitória absorveu a maior parte das populações expulsas do interior do Estado, a partir da erradicação dos cafezais.

AS MULHERES

Alguns dados interessantes e mesmo pioneiros em termos de pesquisa é a apresentação demográfica por sexo e idade. Nesse sentido, o estudo mostra que a Grande Vitória tem excesso de mulheres e o resto do estado excesso de homens, em função da maior migração de mulheres na faixa etária superior à idade de 15 anos.

A superioridade do número de mulheres na Grande Vitória continua na faixa etária acima dos 60 anos. O decréscimo do excedente feminino na capital é curioso, em vista da constatação de que em outros países a maior longevidade feminina nas cidades costuma acentuar o seu excesso sobre os homens na faixa etária acima dos 60 anos. Possivelmente este fenômeno reflete o sintoma de que muitas mulheres de Vitória devem viver em condições insatisfatórias para alcançar a longevidade que poderiam esperar em comparação com os padrões existentes em outros países. Além disso, pode ser função do fato que muitos homens do resto do Estado em idade de aposentadoria, emigram para a Grande Vitória.

MAQFRIO - Peças e Serviços Ltda.

REFRIGERADORES
LAVADORAS
LAVA LOUÇAS
CONDICIONADORES DE AR
FOGOES
SECADORES
SECADORAS



SERVIÇO AUTORIZADO
BRASTEMP
PEÇAS E SERVIÇOS

Av. Marechal Campos, 960 — Tel. 223-5316
Bairro de Lourdes — Vitória — Espírito Santo

CLUBE PORTUGUÊS CONVITE

A Sociedade Luso-Brasileira do Espírito Santo — "CLUBE PORTUGUÊS", convida os portugueses radicados neste Estado, e muito especialmente os recém-chegados, para uma reunião de confraternização a realizar-se no dia 6 de agosto (Sábado) a partir das 15 horas, na sua Sede Campestre em Jardim Limoeiro, Estrada Jacaraípe Km 5 onde será oferecido um coquetel aos presentes.

Adérito Alves Lopes
Secretário

A hipótese para o ano 2000

No ano dois mil, constata-se que a população do Espírito Santo será da ordem de 2.453.438 habitantes, contra o contingente de 1.599.333 existentes em 1970. A previsão terá base em hipótese inferior, contida no estudo da estrutura demográfica.

Para a Grande Vitória, a hipótese inferior estima uma população de 1.124.617 habitantes no ano 2.000, quase três vezes superior ao contingente de 385.998 registrado em 1970, com uma taxa média anual de crescimento em torno de 3,6% — inferior aos 4,9% verificados entre 1940 e 1970.

Pela hipótese superior, a Fundação Jones dos Santos Neves, constata que a população estadual do final do século será de 2.500.890 habitantes e a da Grande Vitória alcançará a ordem de 1.166.416. Para o Esta-

do, a taxa média de crescimento seria então, de 1,5% e para a Grande Vitória de 4,6% ambas inferiores às taxas verificadas entre 1940 e 1970.

Na hipótese inferior, a população da Grande Vitória representta, no ano 2.000 45% da população do Espírito Santo, enquanto na hipótese superior e participação é de 46,6%. Refletem-se aí dois fatos. O primeiro é que a micro-região continuará concentrando grande parte do contingente populacional do Estado e que portanto terá o seu crescimento demográfico total explicado mais pelo saldo demográfico do que pelo crescimento vegetativo.

O segundo aspecto refletido é que o Espírito Santo, como um todo, terá um crescimento demográfico igual ao crescimento vegetativo, em decorrência de

apresentar saldos migratórios nulos nas três décadas analisadas.

Em decorrência do aumento populacional previsto para a área da micro-região e a expulsão do campo face a desativação da mão-de-obra rural a Grande Vitória vai receber um forte contingente de mão-de-obra não especializado. Presume-se também, que mesmo aqueles poucos migrantes que deixarem o Espírito Santo serão substituídos por imigrantes de outras unidades da Federação. Dessa forma, haverá uma tendência clara no sentido de que o saldo migratório do Estado nas próximas décadas seja nulo. A confirmação dessa hipótese, segundo o estudo, dependerá da absorção do migrante na mão-de-obra. Vai ser preciso um programa por parte do governo, no sentido de especializar a sua mão-de-obra.